

Países ricos querem mais liberdade para investir. Mas o Brasil é contra.

A liberalização dos investimentos estrangeiros diretos começou a ser discutida esta semana em Genebra, com a instalação do Comitê de Investimento no âmbito do Uruguai round, a 8ª negociação multilateral de comércio lançada em setembro do ano passado durante reunião anual do Gatt — Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Em Punta del Este, os 94 países, membros do Gatt, órgão que regulamenta o comércio internacional, concordaram em incluir nas novas negociações três novos temas — proteção intelectual, serviços e investimentos ligados ao comércio. O Comitê de Investimentos discutirá medidas e procedimentos que evitem “efeitos prejudiciais sobre o comércio”.

A primeira reunião, embora limitando-se a procedimentos da negociação, não escondeu as profundas divergências a propósito do tema, confrontando mais uma vez duas lideranças — Estados Unidos, de um lado, e Brasil e Índia de outro.

Os países desenvolvidos querem ter o chamado “direito de acesso” de seu capital a todas as áreas de investimentos. “A liberalização dos investimentos — argumentam — permite a internacionalização da produção, a comercialização e numerosos serviços como transportes, turismo, financiamento.”

Se um país recusasse o investimento em determinado setor, o país investidor pode-

ria adotar medidas retaliatórias, respaldado em regras jurídicas que seriam aprovadas no curso das atuais negociações. De fato, essas regras existem já nos EUA. O artigo 301 do **Tariff and Trade Act** autoriza o presidente da República a tomar medidas de represália contra um país que use de “práticas desleais” prejudiciais aos interesses norte-americanos. Desde 1984, os problemas na área de serviços e investimentos foram incluídos no campo de aplicação do artigo 301.

Países desenvolvidos, sobretudo os EUA, vêm intensificando, não obstante a rodada de negociações que se inicia a nível multilateral, o fechamento de acordos bilaterais para investimentos na área de servi-

ços em troca de facilidades de acesso ao seu mercado.

Brasil e Índia opõem-se firmemente a incluir no Gatt uma regra interna dos Estados Unidos. O artigo 301, que praticamente os forçaria a aceitar a presença estrangeira em setores que consideram, ainda no momento, reservados à indústria nacional — informática, por exemplo. E chamam a atenção para as dificuldades conceituais nas negociações, pois investimento e serviços, embora sendo examinados em comitês distintos, encontram-se interligados.

A próxima reunião do Comitê de Investimentos será em maio, mas não se espera qualquer medida concreta para um futuro

próximo. Os países em desenvolvimento pretendem insistir na regulamentação para empresas multinacionais, por exemplo, tema complexo e que há anos é discutido nas Nações Unidas. No momento, os países em desenvolvimento têm bons argumentos, oferecidos pelas contradições do liberalismo de Reagan: há duas semanas, o executivo norte-americano praticamente impediu um investimento japonês estimado em US\$ 220 milhões na Fairchild, empresa de semicondutores, sob alegação de interesse nacional. Mesmo tipo de argumento que os EUA contestam em países em desenvolvimento...

Assis Moreira, de Genebra